

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.133 - DF (2018/0323300-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : WALLYSON ALEXSANDER WENDELL DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : PEDRO HENRIQUE COSTODIO RODRIGUES (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF035228  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. VIOLÊNCIA CONTRA A VÍTIMA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL E GARANTIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CUSTÓDIA MOTIVADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade efetiva dos envolvidos, evidenciada pelas circunstâncias em que cometido o delito.
2. O recorrente foi denunciado, porque, em concurso com um menor e outros 5 (cinco) indivíduos não identificados, abordaram as vítimas que estavam no interior de um veículo e, mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo e violência física, anunciaram o assalto, determinaram que todos deitassem no chão e subtraíram o automóvel e demais itens descritos na denúncia, empreendendo fuga em seguida.
3. Tais particularidades denotam a reprovabilidade diferenciada da conduta perpetrada, revelando a inclinação dos envolvidos à criminalidade violenta e a imprescindibilidade do sequestro corporal para o fim de acautelar-se o meio social.
4. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação se encontra justificada na gravidade do delito perpetrado, diante da existência do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.
5. Recurso ordinário improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**

